



ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

A narrativa de eventos traumáticos na história do tempo presente: os desafios para o historiador

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.34158>

Edson José Perosa Junior

Doutorando em História Social pela UFR, perosaperosa@hotmail.com

Palavras Chave:

Holocausto; Ditadura Militar;
Testemunho; Sujeito-Objeto;
Representação

Keywords:

Holocaust; Military
Dictatorship; Testimony,
Subject-Object; Representation

Palabras clave:

Holocausto; Dictadura Militar;
Testimonio; Sujeto-Objeto;
Representación

Resumo

A construção de uma narrativa sobre eventos traumáticos de extrema violência e horror esbarra nas dificuldades e limites da representação de acontecimentos e fenômenos históricos com verossimilhança. A linguagem escrita impossibilita que eventos como o Holocausto sejam representados e apreendidos completamente, devido a escala de horror perpetrado que não encontra paralelo na vida cotidiana. Discute-se o conceito de História do tempo presente, o processo de produção de uma narrativa, a natureza dos eventos traumáticos e a dicotomia vítimas-perpetradores.

Abstract

The Narrative of Traumatic Events in the Present Time History: challenges for the historian

The construction of a narrative about traumatic events of extreme violence and horror collides with the difficulties and limits on the representation of historical occurrences and phenomena with veracity. The written language hinders that events such as the Holocaust could be portrayed and understood completely, due to the scale of horror inflicted that has no parallel in everyday life. It is discussed the concept of History of the time being, the process of narrative production, the nature of traumatic events and the dichotomy of victims-perpetrators.

Resumen

La Narrativa de Eventos Traumáticos en la Historia del Tiempo Presente: los desafíos para el historiador

La construcción de una narrativa acerca de los eventos traumáticos de extrema violencia y horror se topa a las dificultades y los límites de la representación de los acontecimientos y fenómenos históricos con verosimilitud. La lenguaje escrita hace que sea imposible para eventos como el Holocausto sean representados y apreendidos por completo debido a la escala del horror perpetrado que no tiene paralelo en la vida cotidiana. Se discute el concepto de la historia del tiempo presente, el proceso de producción de una narrativa, la naturaleza de los eventos traumáticos y la dicotomía víctimas-perpetradores.

Para uma conceituação do que é História do Tempo Presente¹

Para o celebrado historiador alemão Leopold von Ranke o historiador não deveria preocupar-se com os acontecimentos contemporâneos ao seu tempo. Ranke propugnava que apenas se poderia produzir uma narrativa objetiva, isenta e “científica” (coadunando-se com as noções do positivismo) se houvesse certo distanciamento entre o historiador/sujeito e seu objeto de análise. Destarte, era necessário o transcorrer do tempo e o distanciamento entre sujeito e objeto para que o historiador pudesse lançar seu olhar sobre determinados acontecimentos e fenômenos.

Koselleck (2014, p. 229-231) questiona por que certos temas fazem parte da História atual ou do tempo presente e outros não. Desse questionamento surge a dúvida sobre o que é o presente. O presente pode ser interpretado como o marco temporal zero em uma temporalidade imaginada e concebida pelo homem. Desse modo, o presente nunca o é, pois ou ele já faz parte do passado ou ainda é a expectativa do futuro. Em outra interpretação, o presente é tudo, pois o passado e o futuro só existem diante da existência do ser. Nesse sentido, todo passado é “passado presente” e todo futuro é “futuro presente”.

Seguramente a História do tempo presente, e mesmo a História Contemporânea, não se diferencia das outras que a precederam à não ser pela sua periodização distinta; de modo que “toda História é História temporal, e toda História foi, é e será uma História do presente” (KOSELLECK, 2014, p. 233). A recorrência de certos fenômenos (guerras, genocídios, etc.) fazem com que a História do tempo presente seja um campo privilegiado de observação, pois

analisando o “presente” ou o “passado recente” podemos sopesar a recorrência desses fenômenos, sua relação com o passado e implicações para o presente.

A História do tempo presente trata de temas e processos que ainda estão se desenrolando e que afetam diretamente o presente e as projeções sobre o futuro (FRANCO; LEVÍN, 2007, p. 1). Ainda que se possa discordar aí, pois eventos de um passado mais longínquo afetam também o presente e a interpretação do passado está, invariavelmente, atrelada ao sujeito que escreve essa História e a sua temporalidade. Há de se concordar que as dinastias do Egito Antigo ou o Império Sumério são fatos históricos concluídos de modo distinto que a antiga União Soviética, por exemplo, que também não existe mais e pode ser considerado um “capítulo acabado” da História, mas cujos efeitos ainda são presentes na política internacional.

O presente é uma construção cultural. História pode ser definida como aquilo que os homens consideram parte de sua experiência vital. O presente histórico, por sua vez, pode ser definido como um espaço de inteligibilidade intergeracional:

Essa tendência e percepção (a historicização e a ação intergeracional) seriam as chaves substanciais, os pressupostos, que nos parece, não, desde logo, os únicos, porém sim os fundamentais, para poder converter o presente num campo e num objeto de estudo inteligível como a História vivida e escrita por aqueles que a vivem² (ARÓSTEGUI, 2004, p. 41).

O historiador do tempo presente enfrenta o problema epistemológico de construir

1 Essa expressão se tornou corrente no vocabulário dos historiadores após o final da Segunda Guerra Mundial. A delimitação do recorte temporal desse conceito não é consenso. Pode-se tentar delimitá-lo tendo como referência rupturas, lembranças, memórias ou fenômenos hodiernos que afetam o próprio historiador (FERREIRA, 2000, p. 8-9). Talvez a definição mais precisa seja aquela que enfatiza o fato de sujeito e objeto compartilharem a mesma temporalidade.

2 Tradução livre

narrativas sobre pessoas e instituições que não estão concluídos, ou seja, ainda encontram-se em curso e ativos no momento em que se escreve. Aróstegui (2004, p. 44) se indaga como é possível tratar de um devenir histórico não consumado ainda e como se pode abordar historicamente um presente que também é tratado por outras disciplinas como Sociologia, Antropologia, Ciência Política, etc.

Para o historiador espanhol, deve-se considerar o presente como um processo global que pode ter diferentes temporalidades e ser decomposto em processos diacrônicos passíveis da análise pelo historiador. O historiador do tempo presente dificilmente conseguiria analisar cabalmente processos globais, mas a decomposição desses processos com o mero intuito de análise pode ser uma boa resposta para os desafios epistemológicos de se escrever sobre o tempo presente. Ao fazer a análise desses fenômenos, o historiador deve manter certa perspectiva temporal, o que o diferencia de outras disciplinas.

A noção de processos acabados em História é puramente teórica, sendo uma construção puramente mental. Da mesma forma, falar em processos inacabados em História do tempo presente é uma construção do produtor desse discurso (FRANCO; LEVÍN, 2007, p. 17). Destarte, afirmar que processos inacabados são um obstáculo para o estudo do tempo presente é epistemologicamente criticável – já que a própria noção de processo é um constructo.

A História do tempo presente se caracteriza por tensões que lhe são peculiares. Não raro os objetos da narrativa produzida pelo historiador do tempo presente estão vivos no momento em que se escreve sobre os eventos que tomaram parte. Desse modo, sujeito e objeto partilham da mesma temporalidade (FICO, 2012, p. 45), o que enseja problemas peculiares para o historiador do tempo presente, que outros historiadores de outros períodos históricos não enfrentam da mesma maneira.

Diferentes historiadores divergem sobre como se dá a relação entre História e memória. A primeira posição define essa relação como uma de ruptura, de modo que a delimitação do campo da História se dá por oposição ao da memória. A outra posição entende que existe uma contiguidade entre História e memória e que não se podem separá-las completamente (MUDROVCIC, 2000, p. 2). História e memória encontram-se intimamente imbricadas quando se trata da História do tempo presente. Todavia esse não é um problema peculiar ao historiador apenas, qualquer pesquisador não se furta plenamente das condicionantes sociais de seu meio e como isso inevitavelmente afeta seu olhar sobre o objeto de sua análise (ARÓSTEGUI, 2004, p. 50). Nesse sentido, o historiador, como outros pesquisadores sociais, deve saber manejar suas limitações no que concerne a busca por parcialidade e objetividade.

A produção de historiografia sobre eventos traumáticos requer que o historiador se distancie das memórias sobre aqueles eventos, com o intuito de construir uma narrativa mais objetiva e neutra (LVOVICH, 2007, p. 98). Memória e História podem ser entendidas em última instância como duas modalidades de relação com o passado, e essas modalidades não podem ser plenamente separadas – elas representam um *continuum*.

A noção de “verdade histórica” já há tempos está descreditada. A plêiade de interpretações possíveis sobre determinados eventos é ainda mais evidente na História do tempo presente, pois as vozes que emitem diferentes narrativas, não raro, vivenciaram e vivenciam aquilo que pretendem narrar. Dessa forma, o relato das testemunhas tem lugar privilegiado, e incontornável, na História do tempo presente.

O tempo presente mantém uma relação estreita com a ideia de memória coletiva, que está constantemente em transformação na medida em que a sociedade enfrenta diferentes situações no presente que a fazem tentar compreender

eventos no passado (ROUSSO, 2000, p. 33-34). A memória coletiva pode ser definida como uma lembrança coletiva que é conformada pelas diferentes memórias individuais, mas que não é meramente a soma destas. A memória individual pode ser definida como um ponto de vista sobre a memória coletiva – que muda de acordo com o lugar e o tempo que o indivíduo ocupa. Essa memória coletiva nasce das experiências vividas por diferentes grupos. Ela só pode se manter enquanto memória pela interação dos indivíduos que experimentaram aqueles eventos e só pode ser lembrada de forma coletiva pela interação e contato desses mesmos indivíduos. A memória coletiva pode ser perder na medida em que esses grupos, que as produziram, desaparecem (HALBWACHS, 2008, p. 29-38).

Nossas memórias são evocadas por meio do que Halbwachs (2008, p. 42) chama de “instituições sensíveis”, que é um estado de consciência individual e que compreendem toda a gama de percepções e idiossincrasias. As “instituições sensíveis” estão sempre no presente e aquilo que nos lembramos ou não lembramos está relacionado intimamente com os condicionantes do presente. Existe, portanto, um condicionamento social e temporal na memória coletiva.

Essa inter-relação entre tempo presente e memória coletiva é tão importante, porque a memória coletiva é uma construção do presente sobre eventos passados, e no caso do tempo presente a memória coletiva é sobre eventos que, não raro, foram vividos pelas mesmas gerações que produzem essa memória coletiva. Nesse sentido, há um imbricamento entre tempo presente e memória coletiva de uma geração que foi parte nos eventos que ela quer recordar.

Para Yerushalmi (1989, p. 27), o conceito de memória coletiva é tão escorregadio quando de esquecimento coletivo. A memória de eventos passado que não foram vividos por gerações presentes não pode, de certo modo, ser

“lembrada”, pois essas gerações sequer viveram aquele passado para que ele pudesse ser recordado. O que ocorre é a transmissão desse passado ou dessa memória através de “canais da memória”, na expressão de Pierre Nora³. Essa memória é, destarte, transmitida de geração para geração por meio da narrativa do passado. O esquecimento coletivo segue a mesma lógica: como se pode esquecer o que não se viveu.

A memória coletiva não é algo predeterminado, ela opera de modo seletivo. As lembranças coletivas são fruto da interação humana, não havendo apenas um grupo que controle o que deve ou não ser lembrado. A historiografia estabelece uma relação dialética com a memória, influenciando-a, mas de modo algum controlando-a (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 61-62). Deve-se ressaltar que essa distinção entre História e memória é uma construção analítica e metodológica (CATELA, 2002, p. 391).

A História do tempo presente dispõe de uma superabundância de fontes, o que é concomitantemente uma vantagem e um desafio para o historiador. A subjetividade na escolha das fontes se torna ainda mais acentuada e a decisão de entrevistar ou não aqueles que viveram os eventos que se pretendem narrar pode modificar substancialmente a forma e a direção da narrativa. Essa possibilidade de o historiador do tempo presente produzir sua fonte (ARÓSTEGUI, 2004, p. 61) é um elemento metodologicamente delicado para o pesquisador, pois pode comprometer sua pretensão de imparcialidade se ele não tiver o rigor metodológico necessário.

Há de se destacar também a peculiaridade das fontes orais construídas e estandardizadas, fenômeno muito evidente no tempo presente. Essas fontes orais provêm de experiências coletivas como genocídios ou guerras e exigem um tratamento mais delicado, pois tendem a influenciar a memória sobre

3 Nora elabora esse conceito em sua obra *Les Lieux de Mémoire*.

aqueles eventos e também a memória individual de outros sobreviventes. Nesse sentido, o sobrevivente do Holocausto, por exemplo, tem sua memória moldada no presente de acordo com a narrativa “hegemônica” – construída pelo grupo a que pertence – em torno daquele evento. Não é novidade que a memória é construída e modificada continuamente no presente, mas no caso de eventos traumáticos isso tende a se tornar ainda mais evidente.

Portanto, a História do tempo presente é, naturalmente, definida como um período próximo, ou mesmo coetâneo, ao historiador. Ela também é definida pela peculiar relação entre sujeito e objeto, na qual ambos podem pertencer a mesma temporalidade ou a mesma geração. O presente histórico, por sua vez, pode ser definido como o espaço em que as experiências de diferentes gerações estão imbrincadas, ou seja, ainda que não tenham compartilhado a mesma vivência, diferentes gerações partilham o mesmo tempo histórico (MUDROVICIC, 2000, p. 3).

Sendo a História do tempo presente um campo legítimo de pesquisa histórica – e podemos dizer consolidado. A produção da narrativa e de interpretação história sobre esse período apresenta problemas metodológicos singulares para o historiador, especialmente o aspecto da coexistência temporal entre sujeito e objeto.

A produção da narrativa e a questão dos testemunhos

A escrita da História não é nem a memória coletiva, nem uma mera recordação de fatos singulares. Com métodos peculiares a essa disciplina, a História tem uma pretensão científica. A História rompe com o discurso da memória nos níveis documental, explicativo e interpretativo. A construção da narrativa

histórica demanda o embasamento documental, que é a estrutura que sustenta a explicação e interpretação de acontecimentos e fenômenos passados (RICOUER, 1999). Tudo isso inserido na busca de uma narrativa objetiva e isenta.

Na dicotomia entre História e memória, a História tem a função de tentar conferir veracidade à narrativa do passado e à transmissão de relatos e testemunhos que passaram ao crivo metodológico do historiador. O historiador também é produtor da memória, o que LaCapra (2008, p. 34-35) chama de memória secundária, por oposição à memória primária. A memória primária é aquela de quem efetivamente vivenciou os eventos que são narrados. A memória secundária, por sua vez, é produzida, com base na avaliação crítica da memória primária, pelo observador/pesquisador/historiador.

LaCapra (2001, p. 1) identifica duas abordagens na historiografia: a primeira está relacionada com a produção de afirmativas tidas como verdadeiras com base na pesquisa e coleta de evidências/documentos; a segunda se refere a uma forma de construtivismo radical em que a produção de afirmativas consideradas verdadeiras se restringe a alguns fatos e o principal é a construção de estruturas (hipóteses, argumentos, interpretações, etc.) em que essas afirmações com pretensão de verdade estão inseridas.

A narrativa é antes de mais nada uma forma de transmitir conteúdo. Toda narrativa tem elementos estéticos e sua parte fundamental não se restringe às afirmações com pretensões de verdade. Eventos traumáticos, como o Holocausto e outros, estão, geralmente, relacionados com sentimentos de compaixão e empatia pelas vítimas – o que invariavelmente afeta a narrativa desses eventos. LaCapra (2001, p.19) alude para a solução de Hayden White para esse problema: a utilização de uma “voz média”⁴,

4 A “voz média”, uma espécie de anti-narrativização modernista, não está presente na maioria das línguas modernas (sendo grego uma exceção) e seria uma forma de “escrita intransitiva”, na qual o sujeito agente é interior a ação verbal. Esse tipo de

por oposição à voz ativa e passiva, como meio mais adequado para narrar eventos traumáticos.

Todavia, White transfere muita confiança para essa narrativa orientada pela “voz média”, afirmando que seria a única maneira de representar eventos traumáticos de forma realista - essa interpretação é questionada pelo próprio LaCapra (2001, p. 26). Além da dificuldade de se escrever nessa voz, existe o problema de estar-se eliminando a distinção inerente entre vítimas e perpetradores. Isso prejudicaria a própria interpretação desses fenômenos ao elidir a dicotomia entre vítimas e algozes, que é fulcral para a compreensão de eventos dessa natureza.

Ocorre que qualquer voz ou estilo de narrativa utilizado pelo historiador é problemático em algum nível. Certamente não se pode reconhecer que a “voz média” seja a única maneira de produzir uma narrativa objetiva e isenta. A supressão de qualquer forma de empatia e solidariedade com as vítimas não é por si só a garantia de objetividade – tampouco é desejável em todos os casos. LaCapra (2001, p. 35-36) reconhece que a hipérbole⁵ pode ser uma maneira legítima de representar o trauma na narrativa histórica, pois a noção de uma representação transparente e autossuficiente é, em última instância, impossível de ser atingida. Todo pesquisador inicia sua pesquisa inserido em um contexto histórico e sua relação com seu objeto de estudo é dialética – sendo que é afetado e afeta a compreensão de seu objeto de pesquisa.

No caso do Holocausto, o testemunho dos sobreviventes ganha força de verdade e irrefutabilidade diante do sofrimento e trauma por eles sofrido. Todavia, diante desses testemunhos vale a mesma regra aplicada em qualquer outro: de que devem ser submetidos à crítica e ao cotejamento com outras fontes.

Existe a tendência de o historiador de envolver-se emocionalmente com testemunhos traumáticos, “contaminando” sua narrativa com o subjetivismo das vítimas (LACAPRA, 2008, p. 25).

Por outro lado, Calveiro (2008, p. 30) chama a atenção para o uso excessivo de cifras e número quando se produz narrativas sobre eventos traumáticos. Os números acabam por desumanizar esses eventos de extrema violência, pois eles mistificam esses fenômenos, retirando sua dimensão humana. Certamente, esses dados estatísticos são de suma importância para a compreensão desses fenômenos, todavia o testemunho dos sobreviventes também deve compor a narrativa do historiador (segundo o rigor metodológico necessário), pois ela lhe fornece a perspectiva do indivíduo que sofreu tais agressões.

O problema em torno dos testemunhos é até que ponto podem ser confiáveis ou considerados verdadeiros. Invariavelmente, o testemunho representa uma perspectiva em torno de um acontecimento, por isso é sempre subjetivo e parcial. No caso de eventos traumáticos o testemunho das vítimas se torna ainda mais desafiador, no sentido de que a experiência vivida por elas não encontra paralelo na vida cotidiana da maioria das pessoas. Isso torna esse tipo de testemunho mais complexo ainda, impondo limites e desafios na representação desses acontecimentos.

O testemunho se insere numa relação entre o passado e o presente, ou seja, o testemunho produzido no presente e tencionando esclarecer eventos passados é uma janela de compreensão não apenas do passado, mas também do presente (RICOUER, 2007, p. 171-175). O testemunho, como qualquer outro documento, só adquire sentido e eloquência em relação as perguntas e hipóteses que lhe são

escrita foi proposto também por Barthes. Essa voz deveria ser utilizada para descrever eventos sem precedentes como o Holocausto, paradigmático nesse sentido (MARQUEZ, 2008, p. 110-124).

⁵ Figura de linguagem resultante do exagero na representação linguística.

propostas. É no confronto de testemunhos divergentes que o historiador pode produzir uma narrativa histórica minimamente plausível.

Talvez a questão central na produção de uma narrativa sobre eventos traumáticos seja a empatia que o historiador pode ter ou não com as vítimas. A empatia apresenta um problema peculiar para a pretensão de objetividade e parcialidade, pois acaba por estabelecer uma relação íntima de identificação do sujeito produtor da narrativa e seu objeto. A empatia consiste em reconhecer a alteridade e humanidade do outro. Em uma disciplina que se quer objetiva, a empatia, segundo LaCapra (2001, p. 40-41), tem um papel a cumprir desde que a identificação do produtor dessa narrativa com seu objeto não seja absoluta.

Nesse sentido, a contextualização e a pesquisa exaustiva são importantes ferramentas para que a empatia com as vítimas não se torne um obstáculo para a explicação de fenômenos históricos. A empatia do historiador pela vítima não deve ser a apropriação da experiência dessa vítima, mas meramente um recurso com o qual o historiador aprimora a sua produção dessa narrativa por meio de métodos ou mesmo recursos estilísticos.

O distanciamento de posições binárias, que assumem a perspectiva das vítimas ou dos perpetradores, deve ser o objetivo do historiador para a construção de uma narrativa mais isenta e rica em interpretação. Há uma tendência de inserir a narrativa de eventos traumáticos dentro de um enredo predeterminado e moralizador, que colima condenar as ações criminosas e violentas cometidas por um ou outro grupo. Esse talvez seja o maior desafio que o historiador que se envereda por escrever esse tipo de narrativa enfrenta.

É cediço que o historiador não deve assumir o papel de juiz, todavia esses dois compartilham a pretensão de isenção ao tratar de eventos passados. Ambos tratam do manejo das

provas e do cotejamento dos testemunhos, todavia apenas o juiz sentencia (RICOEUR, 2007, p. 335). Não cabe ao historiador imputar criminosos ou absolver vítimas quando da narrativa de eventos traumáticos.

No caso latino-americano, a destruição de documentos pelas ditaduras militares do cone sul, fizeram com que o historiador tivesse de buscar outras fontes – e o testemunho de vítimas desses regimes adquire um lugar de destaque na construção de narrativas (FRANCO; LEVÍN, 2007, p. 20). O desenvolvimento da História Oral no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente nos anos 1960 e 1970, se tornou o principal meio para o registro desses testemunhos (MUDROVIC, 2000, p. 1).

Na produção de narrativas, particularmente sobre eventos traumáticos, há uma demanda social pela exposição da “verdade” desses acontecimentos, isto é, da interpretação “verdadeira” e fidedigna sobre o que ocorreu. Essa demanda esbarra no problema da “verdade histórica” (ROUSSO, 1996, p. 85-86; ROUSSO, 2000, p. 30). O historiador deve estar atento a essas demandas e tentar supri-las na medida do possível cômico dos limites epistemológicos que enfrenta.

O próprio interesse sobre determinados temas está relacionado com a demanda social sobre esses acontecimentos. O caso mais marcante nesse sentido é a historiografia sobre o Holocausto, que até o início dos anos 1960 não foi profundamente debatido na Europa. As cicatrizes da guerra, a necessidade de uma reaproximação entre os antigos adversários na guerra e a preocupação com a ameaça soviética fizeram com que esse tema fosse pouco explorado e pouco debatido. Apenas com a gradual mudança no cenário político foi que o Holocausto adquiriu maior repercussão historiográfica (LVOVICH, 2007, p. 102).

Dessa maneira, a produção da narrativa pelo historiador do tempo presente é complexa e deve seguir o rigor metodológico que a

disciplina demanda. O uso dos testemunhos se torna mais delicado quando essas testemunhas estão vivas e são contemporâneas do sujeito produtor da narrativa. Devemos nos voltar agora para o lugar dos eventos traumáticos na História do tempo presente e sua relação com a produção da narrativa histórica.

Os eventos traumáticos

A História do tempo presente é marcada por eventos traumáticos. Dada sua proximidade com nosso tempo, a narrativa de eventos traumáticos, como o genocídio armênio, é mais complexa para o historiador no sentido das resistências que pode enfrentar⁶ do que em comparação com o genocídio ameríndio⁷ provocado pela colonização na América. A abundância de relatos sobre esses eventos traumáticos, no caso do tempo presente, faz com que esses acontecimentos ganhem uma ressonância peculiar em meio a outros eventos trágicos que não dispõem de tamanho volume de relatos e testemunhos (FRANCO; LEVÍN, 2007, p. 10).

O Holocausto é, seguramente, a paradigma mais usado sobre o que é um evento traumático. Há autores, como Friedländer, que consideram o Holocausto inenarrável, de forma que não pode ser expressado ou representado por uma narrativa dado seu caráter de absoluto horror e estranheza (*unheimlichkeit*) para aqueles que não viveram esse evento. Mesmo para as vítimas desse genocídio, tal evento parece difícil de ser crível e algumas tendem a reprimir suas memórias daquele período. Todavia, ao mesmo tempo em que esses eventos traumáticos são pautados no inacreditável e no indizível, existe uma tendência para se manter o olhar fixo neles (AGAMBEN, 2008, p. 42-43). Ocorre aqui,

aquilo que se chama de “hipermnésia”, isto é, a recordação obsessiva em torno de alguns eventos traumáticos.

Uma questão nevrálgica sobre eventos traumáticos é se podem ser abordados como outros períodos históricos. O historiador alemão Martin Broszat se questionava se o nazismo poderia ser estudado como outros períodos da História alemã. Fenômenos como o nazismo, explica Broszat, dada a magnitude de seus crimes, afetaria o sujeito/historiador de tal modo que sua narrativa estaria condicionada a uma condenação *a priori* desse regime (LVOVICH, 2007, p. 113).

Friedländer tem postura distinta, ao afirmar que não é possível separar completamente a pretensão de objetividade e a inevitável condição do historiador de sujeito de seu tempo. A historicização de fenômenos como o nazismo seria, nesse sentido, uma ilusão, pois não se poderia defenestrar as subjetividades do historiador. Nessa postura, a pergunta fundamental seria sobre as limitações do conhecimento histórico, ao invés de tentar atingir critérios de objetividade que não são plausíveis (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 73).

Assim sendo, é necessário que o historiador tenha rigor epistemológico e metodológico para abordar eventos traumáticos com a mesma diligência que outros períodos históricos. O esforço de historiar eventos traumáticos não pode esbarrar em narrativas maniqueístas que enfatizam apenas o aspecto inerentemente maligno de fenômenos como o nazismo.

Segundo LaCapra (2007, p. 345), existe uma tendência para a sacralização do trauma e da violência. Esses são dois conceitos que estão

6 O Estado turco nega abertamente que tal evento se caracterizaria como genocídio, sendo um fenômeno pouco discutido e pesquisado no país. Pesquisadores e países que ousaram contestar a versão de Ancara sobre os eventos por vezes sofreram represália. Em 2012 a assembleia nacional francesa aprovou uma lei que tipificava como crime a negação do genocídio armênio. Essa decisão fez com que a Turquia suspendesse as relações diplomáticas com a França (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 104)

7 Ver: <<<http://historynewsnetwork.org/article/7302>>> Acesso em 09/07/15.

vinculados e fazem parte do real “não simbolizável” – significa dizer que esses fenômenos são inerentemente difíceis de serem representados numa narrativa. Em algumas narrativas mais engajadas e militantes a violência pode ser visto como um fenômeno positivo e regenerador desde que vinculado ao fim político esposado pelo autor dessa narrativa.

Esses eventos traumáticos, por vezes, também servem de identidade para povos ou grupos atingidos por atos de extrema violência. As narrativas engajadas com essas identidades frequentemente produzem uma interpretação quase sagrada desses eventos (LACAPRA, 2011, p. 23). Destarte, o historiador enfrenta o dilema da limitação inerente à representação da violência/trauma e o risco de endossar essa violência de alguma maneira.

No caso latino-americano, Koonings e Kruijt (2002, p. 37), defendem que existe uma cultura do medo impregnada na América Latina, fruto de uma violência institucionalizada e sistemática. Esse legado de violência e repressão continuou presente após o fim das ditaduras militares e seria um dos aspectos marcantes das sociedades latino-americanas hodiernas. Os governos democráticos que se seguiram ao fim do período autoritário fizeram uso do aparato de inteligência e repressor dos antigos regimes militares. Essa violência coletiva está entranhada na mente dos povos latino-americanos em que o horror e o medo se tornaram rotineiros.

Nesse sentido, o historiador deveria ser capaz de elucidar os diferentes estratos e dimensões de medo e de violência que os variados povos sofreram – incorporando essa característica em sua narrativa. Para os autores que defendem essa posição, a questão da violência assume um lugar singular na construção de narrativas históricas. De modo que, ignorar esse aspecto de violência e medo poderia ser um falseamento da História latino-americana. Ainda que possamos concordar que a América Latina seja uma região marcada pela violência ao longo de sua História, é

questionável se essa cultura do medo seria um elemento apenas das sociedades latino-americanas – ou mesmo se se pode identificar uma cultura do medo.

O grande desafio em torno da abordagem sobre eventos traumáticos é trata-los como outros eventos históricos. Isso não significa não reconhecer a singularidade desses eventos, como é o caso do Holocausto, mas sim manter o rigor metodológico com que se aborda outros períodos ou eventos de menor impacto. Nesses eventos traumáticos, por definição, está inserida a dicotomia entre vítimas e perpetradores. O historiador precisa estar atento a essa dicotomia e a forma de abordá-la de modo a não comprometer a capacidade interpretativa que a narrativa história pretende se conferir.

Vítimas e perpetradores

A dicotomia entre vítimas e perpetradores é fundamental na construção de narrativas sobre eventos traumáticos e insere-se no problema da utilização de fontes. De que forma as fontes extraídas desses atores (por meio de entrevistas ou relatos escritos) podem ser utilizadas na construção da narrativa historiográfica. Geralmente encontramos o desejo das vítimas em preservarem sua memória e a ânsia dos perpetradores em terem essa memória esquecida.

Ao discorrer sobre os campos de concentração argentinos, Calveiro argumenta que não se pode reduzir a relação de vítimas e perpetradores a um maniqueísmo bicolor em que ou se está do lado do mal ou do bem. Para a historiadora argentina, o que ocorria nos campos de concentração do país sul-americano era “*un abanico de color que incluye muchos otros tonos*” (CALVEIRO, 2008, p. 131). Nesse sentido, vítimas e perpetradores podem ser encarados como tipos ideais – no sentido weberiano do termo. A realidade social de eventos traumáticos não pode ser reduzida a simples oposição entre atores distintos. A construção de “heróis” e

“vilões” ao abordar esses eventos é uma elaboração da narrativa produzida *a posteriori* sobre esse passado.

No caso da Ditadura Militar Brasileira, Fico (2012, p. 49) pondera que esse é um evento marcado mais pela frustração de esperanças do que pelo trauma. Frustração pela Lei de Anistia, pela malograda campanha das Diretas Já, enfim, pela democracia suprimida. Ainda segundo Fico, o problema das comissões da verdade que foram instituídas após o fim desses regimes é que essas comissões tentam construir uma memória oficial desses eventos passados, que acarreta a construção de “heróis” e “vilões”, como é frequentemente o caso de memórias oficiais produzidas pelo Estado.

A multiplicidade de interpretações e perspectivas sobre um evento presenciado por diferentes algozes e diferentes vítimas é gigantesca. Ocorre que não há uma clara distinção entre “fatos” e “interpretações”. Ambos estão em uma relação dialética e são o material que o historiador se utiliza para produzir sua narrativa – que não deixa de ser sua interpretação sobre os “fatos” (BROWNING, 1992, p. 29). O papel do historiador deve ser condensar essas perspectivas em uma narrativa coesa e elucidativa.

Tem-se discutido em que medida a narrativa de um evento com base nos relatos dos perpetradores ou algozes pode ser válida ou mesmo desejável. O risco de empatia para com as vítimas existe e deve ser levado em conta, mas não pode servir de óbice para a construção de um entendimento histórico de suas ações. O seguinte excerto esclarece bem esse dilema:

O que não aceito, entretanto, são os velhos clichês em que explicar é escusar, em que entender é perdoar. Explicar não é escusar; entender não é perdoar. A noção de que alguém precisa rejeitar os atos dos perpetradores e não

tentar entender esses atos fazem com que se torne impossível não apenas a minha História, mas a História de qualquer algoz para além da caricatura unidimensional⁸ (BROWNING, 1992, p. 36).

Ao desconsiderarmos o relato dos algozes ou inseri-los em uma trama pré-constituída de condenação sem embasamento interpretativo corremos o risco de tornar esses atores inumanos – sendo que o que ocorre é exatamente o oposto, precisamos compreender as ações desses atores pois eles eram humanos e racionais. Fico (2012, p. 48) destaca que compreender o passado não significa justificá-lo. A interpretação da atuação do algoz, do torturador, daquele que perpetra o abjeto ato de extrema violência não significa referendar essa mesma violência.

Ainda que seja admissível, mesmo inevitável, a empatia do historiador pela vítima, é necessário manter certo distanciamento e não identificar-se com a vítima de modo a assumir sua mundividência. A compreensão de fatos históricos deve ser holística abarcando tanto vítimas, quanto perpetradores. Rousso (2000, p. 32) defende que uma das formas de o historiador atingir certo distanciamento e objetividade ao tratar de questões do tempo presente é conceber uma História da memória. Essa abordagem nada mais é do que averiguar o uso contemporâneo que se faz da memória do passado por grupos de interesse (Igreja, empresários, sindicatos, classe média, etc.).

De modo algum o historiador pode assumir o papel de juiz ao tratar dos perpetradores. O julgamento dos algozes, como no caso de Nuremberg e de Eichmann, faz com que se corra o risco de confundir categorias éticas e jurídicas. Nesse sentido, a narrativa do historiador não deveria estar orientada para evidenciar a responsabilidade criminal – ao menos não da mesma forma que num

8 Tradução livre.

juízo – dos perpetradores. (AGAMBEN, 2008, p. 33).

A dificuldade de basear uma narrativa no relato dos perpetradores (como é o caso quando estão sendo julgados) é o dilema de quanto confiável pode ser seu relato sobre os eventos que tomaram parte. No caso do Holocausto, as primeiras narrativas sobre esse acontecimento eram baseadas nos relatos dos perpetradores (extraídos do julgamento de Nuremberg), apresentados como criminosos e degenerados (BROWNING, 1992, p. 25-27). Essa narrativa carregada de adjetivos condenando as ações dos algozes era inerentemente parcial e pobre em interpretação e compreensão em torno do fenômeno do Holocausto.

LaCapra (2008, p. 57-58) entende que o historiador deve ocupar uma posição subjetiva entre a posição de vítimas e perpetradores. Essa posição deve ser a mais próxima de um testemunho isento e imparcial dos acontecimentos. Entretanto, no caso de acontecimentos extremos como o Holocausto, a busca desse tipo de posição se torna mais difícil e a tendência para construir uma narrativa “simpatizada” com a vítima e “antipática” com o algoz. É esse tipo de narrativa que deve ser evitada, construir uma narrativa que não se identifique com a vítima não é o mesmo que cancelar a violência que ela sofreu.

Para os grupos de esquerda argentinos que engajaram-se na luta armada, eles acreditavam estar respondendo a uma violência já instalada na sociedade argentina por grupos rivais, como os militares. Os militares, por sua vez, acreditavam estar evitando um mal maior, representado pelos grupos de extrema-esquerda (CALVEIRO, 2008, p. 14-15). Nesse sentido a violência praticada por um grupo parecia legitimar e respaldar a violência praticada por outro.

Logo após o fim da ditadura argentina

em 1983 surgiu uma interpretação que tentava explicar o que havia ocorrido nos anos anteriores. A teoria dos dois demônios considera que a violência da direita se equivale à violência da esquerda. Essa teoria ganhou ampla repercussão e aceitação nos primeiros anos pós-ditadura. O Presidente Raúl Alfonsín era um dos que falavam em “demônios” para explicar o ocorrido nos anos 1970. Todavia essa interpretação aparece equivocada no sentido de que a violência, independentemente de ser de esquerda ou de direita, é violência. De modo que essa interpretação apenas pode ser válida na medida em que corrobora a noção de que a violência é sempre condenável independentemente de qual lado do espectro político ela provém.

Essa teoria é criticada, pois ela se presta à relativização do terrorismo de Estado praticado pela Ditadura Militar argentina (FRANCO, 2014, p. 25). Lvovich (2007, p. 116), critica essa teoria na medida em que ela transforma a sociedade argentina em vítima da ação desses dois grupos extremistas, desconsiderando qualquer responsabilidade da sociedade como um todo no desenrolar desses eventos. Assim sendo, a teoria dos dois demônios acaba por isentar qualquer responsabilidade coletiva da sociedade argentina nesses eventos traumáticos. Adensando a essas críticas, Calveiro sintetiza a teoria dos dois demônios nessa passagem: “aqueles dois demônios malvados que se destroem entre si e que nada teriam a ver com a sociedade argentina, a verdadeira, a bondosa, a que está contra toda violência, a da democracia nascente⁹” (CALVEIRO, 2008, p. 163).

Portanto, a teoria dos dois demônios apresenta uma tentativa de lidar com a memória de um evento traumático logo após o seu acontecimento. Ela emparelha a violência dos dois grupos em combate (guerrilha X militares) e, de certa maneira, exime a sociedade argentina

9 Tradução livre

pelo ocorrido. Essa teoria é também uma forma de assentar os rumos da sociedade argentina e superar o evento traumático que dividiu a nação.

A teoria dos dois demônios se prestava para o processo de redemocratização argentina em que situava as vítimas desses dois grupos como inocentes em meio ao embate desses dois demônios (FRANCO, 2014, p. 45). Observa-se aí o uso do passado e da memória com claros fins políticos. A questão mais pertinente parece ser, no caso das ditaduras sul-americanas, condenar o uso do aparato repressor do Estado para a consecução de um fim político voltado contra adversários políticos.

Para além da dicotomia de vítimas e perpetradores, tem-se que consideram também aqueles que não foram parte ativa em acontecimentos traumáticos (*bystanders*). A incorporação desse segmento na construção de narrativas sobre eventos traumáticos também é um grande desafio para o historiador. Os riscos de uma narrativa centrada exclusivamente na dicotomia vítimas e perpetradores é criar uma interpretação falha e restrita de acontecimentos históricos mais amplos. Da mesma maneira, não se pode tratar esse grupo intermediário como meros expectadores dos acontecimentos. Uma análise holística deve abarcar esses três grupos.

No caso da ditadura argentina, como em outras ditaduras do cone sul, os “indecisos” (KOONINGS; KRUIJT, 2002, p. 141-142) – aqueles que não tomaram parte em prol dos militares, nem da guerrilha – representam a maioria da população. Esse grupo despertava a desconfiança e a ojeriza tanto dos militares, quanto da guerrilha.

A função do historiador pode ser a de despertar o interesse do público em geral por ouvir o testemunho das vítimas desses eventos traumáticos. A vítima tem uma tendência a esquecer seu passado traumático, não porque quer que os perpetradores sejam perdoados, mas porque não consegue conviver com a memória do horror. Seligmann-Silva discorre sobre esse

assunto:

O negacionista mata novamente as vítimas e toca na ferida da memória do sobrevivente. Este só poderá ter uma memória do mal amis apaziguada se tiver uma esfera pública mais aberta para a escuta do seu testemunho e a possibilidade de ver a sociedade engajada na busca de reparação dessas injustiças históricas, o que, ainda que minimamente, poderá restituir sua dignidade (SELIGMANN-SILVA, 2012, p. 113).

Ademais, o trauma apenas pode ser superado (se tornar pós-traumático) com a compreensão dos eventos que o ensejaram. A memória desses acontecimentos deve ser processada historicamente e juridicamente. Encontrar uma posição intermediária entre vítimas, perpetradores e expectadores é difícil, mas o esforço do historiador nesse sentido é válido na busca por uma narrativa com capacidade interpretativa.

Conclusão: o papel do historiador

A definição e conceituação da História do tempo presente é exercício perfeitamente válido e necessário, todavia muito desse esforço é voltado para legitimar e referendar esse campo de estudos diante de uma academia ainda muito conservadora em certo sentido e que por vezes considera esse campo alheio à História devido a sua proximidade temporal e as implicações políticas e ideológicas – presente em outros campos da História, mas mais evidentes no caso do tempo presente.

As diferenças metodológicas entre outros campos e períodos de estudo da História são mínimas, afinal como afirmado anteriormente, o passado é uno, não existe passado mais ou menos passado que outro. As dificuldades metodológicas e epistemológicas da História do tempo presente são semelhantes a outros campos da História. Ainda assim, a

problematização desse período tão próximo ao nosso tempo é importante como contribuição geral à disciplina.

O argumento de que o estudo do tempo presente não deve ser objeto do historiador, pois supostamente seria necessário maior distanciamento temporal é ultrapassado e não se sustenta. Ainda que o historiador de sua própria época esteja exposto às influências ideológicas e políticas de forma mais evidente isso, per se, não compromete sua pretensão de cientificidade e objetividade. Há inúmeros exemplos de historiadores de passados mais remotos que produzem uma historiografia militante e engajada com os debates políticos de seu tempo. Podemos citar os casos de Karl Wittfogel¹⁰ e François Furet¹¹. Hobsbawm (1998, p. 253-256) entende que o distanciamento temporal não é garantia de isenção e objetividade por parte do historiador. A objetividade não é apenas uma questão de distanciamento temporal, mas fundamentalmente de método.

A dificuldade do acesso as fontes na História do tempo presente é um desafio real ao historiador, que em países menos democráticos enfrenta enormes obstáculos para acessar esses arquivos. Mesmo em países mais democráticos como EUA, Inglaterra e o Brasil o acesso a fontes mais recentes e sensíveis pode demorar 30 anos ou mais. Ainda assim, isso não impossibilita o historiador de se debruçar sobre questões hodiernas. As suas limitações nesse sentido se dão pelo própria restrições de fontes e sendo assim o próprio historiador deve saber as limitações da análise que está produzindo.

Os arquivos são lugares de memória e são a principal ferramenta de trabalho do historiador. Cotela (2002, p. 393-394) afirma que

ao adentrar o arquivo deve-se estar atendo não apenas ao que se encontra, mas também ao que não se encontra, ao que não está lá. O arquivo, como qualquer outro lugar da memória, é uma construção seletiva dos fatos e acontecimento a serem lembrados.

Mesmo se tratando de eventos que, *prima facie*, apresentam uma abundância de documentos, o historiador não pode ignorar a relevância dos vestígios – isto é, as evidências não documentadas e incertas sobre acontecimentos ou fatos. Nesse sentido, Rousso (1996, p. 90-91), defende que o historiador deve estar atendo não apenas para os documentos que existem ou que ele tem acesso, mas também para a sua falta ou o seu não acesso. A historiografia se faz com documentos, mas também com sua falta. É dever do Historiador questionar aquilo que está presente, bem o que não está.

Desse modo, os desafios do historiador do tempo presente são, grosso modo, os mesmos de qualquer outro historiador. A produção de narrativas sobre eventos traumáticos encontra óbice nos limites da representação desses acontecimentos. O horror e a violência extrema que caracterizam o trauma impedem, em alguma medida, que o mesmo seja representado e apreendido de forma fidedigna por aqueles que não viveram essa experiência. O historiador do tempo presente encontra dificuldades não apenas em representar esses acontecimentos, mas também em lidar com a questão das vítimas e dos perpetradores.

Não há solução simples para esses dilemas. Em última análise, cada historiador deve buscar, dentro dos critérios metodológicos da disciplina, a melhor forma de produzir sua narrativa sobre esses eventos traumáticos. O

10 Wittfogel elaborou a “hipótese causal hídrica” sobre o surgimento das primeiras grandes civilizações e a conformação do chamado “despotismo oriental”. Wittfogel, inicialmente comunista, se tornou um proeminente conservador anticomunista no pós-Segunda Guerra Mundial. Ele se usou dessa noção de “despotismo oriental” para explicar – e criticar – a situação na União Soviética (LINTON, 2011).

11 Furet, inicialmente marxista, se tornou especialista em Revolução Francesa e sua posição conservadora refletia no seu entendimento sobre essa revolução, revisando-a na perspectiva dos “totalitarismos” do século XX. Furet veio a considerar a Revolução Francesa, especialmente o período jacobino, como totalitário e antidemocrático (DESAN, 2000).

fundamental é que essa narrativa não perca sua capacidade interpretativa e explicativa dos fenômenos históricos. A busca por objetividade e cientificidade, por mais vã que seja, deve orientar o pesquisador em seu trabalho.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. "A Testemunha". In: **O que Resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25-48.

ARÓSTEGUI, Julio. "La historia del presente: ¿Una cuestión de método?". In: Carlos Navajas Zubeldia (ed.), **Actas de IV Simposio de Historia Actual**, Logroño, Logroño, Gobierno de La Rioja. Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 41-75.

BROWNING, Christopher R. "German Memory, Judicial Interrogation, and Historical Reconstruction: writing perpetrator History from postwar testimony". In: FRIEDLANDER, Saul (Ed.). **Probing the Limits of Representation: Nazism and the "final solution"**. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 22-36.

CATELA, Ludmila. "El mundo de los archivos." CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth. In: **Los Archivos de la Represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002, p. 381-402.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y Desaparición: los campos de concentración em Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2008.

DESAN, Suzanne. "What's after Political Culture? Recent French Revolutionary Historiography". In: **French Historical Studies**, v. 23, n. 1, Winter 2000, pp. 163-196.

FERREIRA, Marieta M. "História do Tempo Presente: desafios". In: **Cultura Vozes**, v.94, n. 3, maio/jun. 2000, p.111-124.

FICO, Carlos. "História do Tempo Presente, Eventos Traumáticos e Documentos Sensíveis: o caso brasileiro". In: **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan/jun 2012.

FRANCO, Marina. La "teoría de los dos demonios": un símbolo de la posdictadura argentina. In: **A Contra Corriente: a jornal on social history and literature in Latin America**. V. 11, n. 2, Winter 2014, 22-52.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. "El pasado cercano en clave historiográfica". In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (orgs.). **Historia Reciente**:

perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 31-66.

HALBWACHS, Maurice. "Memória individual e memória coletiva". In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2008, p. 29-70.

HOBSBAWM, Eric. "O presente como história". In: **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244-254.

KOSELLECK, Reinhart. "Continuidade e mudança de todas as histórias contemporâneas. Notas referentes à história dos conceitos". In: **Os Estratos do Tempo: estudos sobre a História**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014, p. 229-248.

KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk (Ed.). **Las Sociedades del Miedo: el legado de la guerra civil, la violencia y el terror en América Latina**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

LINTON, Matthew. **The Transformation of Cain: Karl August Wittfogel's American Acculturation and the Cold War, 1934-1963**. 104 páginas. Dissertação em História - Brandeis University, 2011.

LACAPRA, Dominick. **Historia en Tránsito: experiência, identidade, teoria crítica**. Fondo de Cultura Económica, 2007.

LACAPRA, Dominick. "Historia y memoria. A la Sombra del Holocausto". In: **Historia y Memoria Después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, 2008, pp. 21-58.

LACAPRA, Dominick. "Writing History, Writing Trauma". In: **Writing History, Writing Trauma**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001, p.1-42.

LVOVICH, Daniel. "Historia Reciente de Pasados Traumáticos: de los fascismos y colaboracionismos europeos a la historia de la última ditadura argentina". In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia (orgs.). **Historia Reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 97-124.

MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. **Teoria da História: Hayden White e seus críticos**. 179 páginas. Dissertação em História - Universidade de Brasília, 2008.

MUDROVIC, María Inés. "Algunas consideraciones epistemológicas para una "HISTORIA DEL PRESENTE"". In: **Hispania Nova**, n. 1, 2000.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. São Paulo: UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. "La Memoria Herida y la Historia". In: **La Lectura del Tiempo Pasado, Memoria y Olvido**.

Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 31-53.

ROUSSO, Henry. “O Arquivo ou o Indício de uma Falta”. In: **Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, 1996 p. 85-91.

ROUSSO, Henry. “El Duelo es Imposible y Necesario”. Entrevistador: Claudia Feld. **Puentes**, Diciembre 2000, p. 30-39.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais”. In: ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica (Org.). **Violência na história: Memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio Edições, 2013, p. 103-125).

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a Memória, a História e o Esquecimento”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, Memória e Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003, p. 59-88.

YERUSHALMI, Yosef. “Reflexiones sobre el olvido”. In: YERUSHALMI, Yosef e outros. **Usos del olvido**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989, p. 13-26.